

COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE SÃO LUÍS: UMA PROPOSTA DE MATERIAL PEDAGÓGICO

Ana Raquel Alves de Araújo*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo expor a proposta de um material pedagógico que aborde a trajetória do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, do ano do seu surgimento, em 1980, até 1984. Criado como resposta ao projeto de instalação de uma fábrica de alumínio norte-americana chamada ALCOA (*Aluminium Company of American*), esse movimento ecológico, considerado pioneiro no estado, organizou um conjunto de ações para impedir a consolidação do empreendimento, mas que acabou sendo inaugurado em agosto de 1984. Compreende-se que o tema sobre o Comitê se constitui numa oportunidade para abordar o conceito de sujeito histórico, permitindo indagar qual o lugar que os grupos organizados ocupam na trama da história e, ao mesmo tempo, problematizar a questão ambiental emergente no Maranhão na década de 1980.

Como orientação para propor esse material, foram analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, publicados em 1998, e os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais – Meio Ambiente, lançado no ano anterior. Esses documentos serviram de justificativa e de iniciação, no caso da questão ecológica, para aprofundamento posterior sobre essa temática. Em seguida são abordados os fundamentos teóricos da educação ambiental. O objetivo é, a partir dos seus pressupostos, balizar o trabalho com a questão ecológica nas disciplinas escolas, tanto para uma abordagem de forma isolada ou conjunta.

Também é discutido o ensino de história na perspectiva de abordar a relação sociedade-natureza que tradicionalmente esteve ausente dos temas desse componente curricular. A ideia é esclarecer como a temática do meio ambiente, por meio da trajetória do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, pode se inserir no ensino de história a partir da interdependência de vários elementos da realidade. Por último, serão

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN/UEMA. Bolsista FAPEMA.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

apresentados os eixos centrais da proposta do material pedagógico que estruturarão a construção posterior do texto para o material.

2. QUESTÃO ECOLÓGICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Foram analisados os *Parâmetros Curriculares Nacionais: História* (1998), documento publicado pelo Ministério da Educação, e voltado para o ensino fundamental, procurando primeiramente contemplar o conceito de sujeitos históricos. Um dos objetivos expressos no documento a ser alcançado pelos alunos é “questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação” (BRASIL, 1998, p. 43).

Com base nesse objetivo, a atuação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís se constitui em exemplo de como sujeitos históricos coletivos se organizaram fazendo oposição às formas político-institucionais nas décadas de 1970 e 1980, e que apresentou significado relevante e de conteúdo novo para a história brasileira. Maria da Glória Gohn considera esses anos os mais ricos da história do país em relação aos movimentos sociais, que naquele momento, articulavam-se como forma de enfrentamento ao regime Empresarial Militar¹, e, concomitantemente, elaboraram propostas para a mudança social (GOHN, 2013, p. 113-114 e 125).

Nas palavras de Maria da Glória Gohn,

o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde,

¹ O termo empresarial militar é referente às elaborações de René Dreifuss em sua obra *1964: A conquista do Estado*, em que defende que a sociedade civil participou de maneira preponderante na organização do golpe militar. Os civis, a que o autor se refere, se reuniram no complexo IPES/IBAD. Após o golpe chegaram a ocupar cargos na burocracia estatal. Demian Bezerra de Melo corrobora com esse entendimento em artigo intitulado *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, em que o autor aponta que o golpe foi arquitetado com o apoio de civis, especificamente a classe burguesa e empresarial, articulados no IPES. Essa instituição foi criada no início do governo de João Goulart, e foi responsável pela campanha de desestabilização desse governo e pelo golpe de Estado. O IPES também chegou a planejar um projeto de poder que se consolidou durante todo o período ditatorial.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches etc., todos, em seu conjunto, revelaram a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas (GOHN, 2013, p. 126).

Esses sujeitos ocultos estavam apartados do âmbito político de forma, que impedia qualquer debate sobre as decisões estatais. E no caso do Comitê, os sujeitos expressavam a insatisfação com o modo de operação das políticas de desenvolvimento no Maranhão realizadas de maneira escusa e, obviamente, autoritária, excluindo ocasiões de debate com a sociedade civil. Disso é possível entender o surgimento desse movimento, que ocorreu de maneira contingencial, por não se formar a partir de uma teoria ecológica em que seus participantes se considerassem ecologistas/ambientalistas. Mas se constituiu como um movimento de denúncia, que mobilizou a sociedade maranhense para fazer frente às ações tanto do governo como da ALCOA.

A atuação do Comitê também é entendida como ações de educação ambiental, só que realizada por meios informais, visto que promovia palestras, caminhadas, distribuía panfletos, realizava atos públicos, e até mesmo o lançou de um livro, colocando em pauta temas como lixo químico, acúmulo de poluição, ecologia de forma geral, além de questões relacionadas aos trâmites de instalação da fábrica de alumínio, como as denúncias de corrupção e privilégios dados à multinacional.

A trajetória dessas ações coletivas em defesa da ilha maranhense foi percebida como uma oportunidade para introduzir a temática da questão ambiental no componente curricular de história sobretudo porque a relação sociedade-natureza não chega a se constituir, tradicionalmente, em tema da disciplina. Por isso buscou-se nos PCN – História as sugestões de conteúdos que estivessem articulados, ao mesmo tempo, com o tema do meio ambiente e com ações sociais da sociedade civil. Foram elencados dois de maior aproximação com o objetivo aqui proposto: “1) As lutas e as conquistas políticas travadas por indivíduos, classes e movimentos sociais; 2) A relação entre o homem e a natureza” (BRASIL, 1998, p. 48).

Dos PCN história passou-se a analisar os *Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais – Meio Ambiente*, publicado em 1997. A construção



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

argumentativa desses PCN está elaborada a partir de uma abordagem sistêmica da questão ambiental, contra a concepção de conhecimento fragmentado, na qual a escola se baseia para estabelecer as disciplinas. Os PCN Meio Ambiente defendem que

a complexidade da natureza exige uma abordagem sistêmica para seu estudo, isto é, um trabalho de síntese, com os diversos componentes vistos como um todo, partes de um sistema maior, bem como em suas correlações e interações com os demais componentes e seus aspectos (BRASIL, 2001, p. 22).

A partir de uma visão holística, capaz de apreender a complexidade dos problemas ambientais, os PCN Meio Ambiente direcionam a discussão para um embate sobre a natureza da crise que a humanidade vive atualmente: crise ambiental ou crise civilizatória? O questionamento da crise atual que ameaça toda a humanidade levou os estudiosos a perceberem que a origem da crise está no modelo de desenvolvimento.

É o físico Fritjof Capra (2006) que oferece uma explanação convincente sobre as limitações da visão de mundo mecanicista da ciência cartesiana-newtoniana que embasaram a formulação do modelo de desenvolvimento da contemporaneidade. Segundo Capra, essa visão é obsoleta, e é incapaz de resolver os problemas atuais, e propõe uma visão ecológica, em que os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais sejam percebidos como interdependentes. Na sua proposta está explícita a promoção de uma nova ciência, que seja capaz de assimilar mentalmente a realidade na sua complexidade.

Marcos Reigota corrobora com Capra ao sugerir o rompimento definitivo com a velha ciência, carregada de autoridade, de “validação” de discurso, propondo uma prática pedagógica consciente da questão ecológica, que considere a “importância dos sentidos e da subjetividade nas atividades científicas e cotidianas com a natureza, abandonando o paradigma racionalista de ciência e de exploração dos recursos naturais” (REIGOTA, 2004, p. 19).

Com base na concepção de ciência que as pesquisas no campo da física contemporânea ofereceram, a questão ambiental é concebida, primeiro, como um problema sistêmico, que engloba a totalidade do planeta em que as partes estão inter-



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

relacionadas e só podem ser entendidas como um processo dinâmico. E segundo, tomando o ser humano como parte desse todo que influencia e é influenciado pelo meio. Essa natureza holística do problema ecológico é o maior obstáculo para a sua resolução, já que envolve a totalidade a partir de dois vieses: o do espaço geográfico da Terra e da vida de mulheres e homens (CAPRA, 2006; REIGOTA, 2004, p. 18).

As conferências internacionais que abordaram a temática ecológica, a partir dos anos 1970, como a Conferência de Estocolmo (1972) e a Conferência de Tbilisi (1977) resultaram na formulação da educação ambiental como estratégia de vencer esse obstáculo. A primeira compreendeu como necessária uma consciência ambiental, e a segunda marcou a institucionalização da educação ambiental, chegando a resultar no documento publicado pela UNESCO: *A Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi*, lançando seus pressupostos fundamentais: 1) a aquisição de novos conhecimentos e valores; 2) novos padrões de conduta; 3) a interdependência. E com a proposta de que estes devem ser trabalhados a partir de um enfoque interdisciplinar e sistêmico (RAMOS, 2001, p. 205).

A proposta de uma prática pedagógica da educação ambiental implica, inicialmente, o trabalho com a concepção de meio ambiente, e como o ser humano se relaciona com seu entorno. Com base na visão holística, o meio ambiente compreende o que circunda o ser humano, independente de se tratar de algo natural ou produzido socialmente. Assim, meio ambiente é mais que os elementos naturais.

De acordo com Elisabeth Ramos,

o meio ambiente é um conceito chave para o debate das questões ambientais, pois envolve questões de poder, tanto no universo econômico quanto ideológico. Não pode ser visto isoladamente, e tão pouco ser reduzido à sua dimensão biofísica, ou ser tratado segundo os parâmetros da tradição científica e filosófica hegemônica, reproduzindo a dicotomia cartesiana entre o homem e a natureza. Em outras palavras, o meio ambiente não se refere apenas aos aspectos naturais de um lugar, tais como o ar, o solo, a água, a fauna e a flora, mas pressupõe o ser humano e o produto de suas ações. Ao maximizar os efeitos naturais, ao não considerar as repercussões sociais das relações do ser humano com seu ambiente, e ao não problematizar essas relações, reduz-se os problemas ambientais aos problemas de poluição e de destruição da flora e da fauna. Onde e como fica o social e o político? (RAMOS, 2001, p. 212).



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

Ramos sugere que a principal problemática que se coloca como obstáculo da educação ambiental para que se concretize os seus objetivos é o paradigma da fragmentação, no qual está baseado o conhecimento científico, que no século XX consolidou a divisão das ciências, em naturais e humanas, e que ainda é hegemônico.

Porém, a concepção de meio ambiente também se constitui em uma problemática porque ainda não é um termo bem definido tanto na comunidade científica como no senso comum. Marcos Reigota oferece várias definições de especialistas e também de professores, coletadas com uma turma de pós-graduação, para demonstrar a variedade de entendimento (REIGOTA, 2004, p. 12-14 e 70-71). Conclui que, por apresentar um caráter difuso e variado, e por não haver um consenso entre os cientistas, meio ambiente é uma representação social, ou seja, um “senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas” (REIGOTA, 2004, p. 12).

Dentre as várias definições colhidas por Reigota, o autor cria uma definição que, segundo ele, pode orientar os interessados na aplicação da educação ambiental:

Meio ambiente é

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 2004, p. 14).

Nessa definição, o autor confirma as bases da filosofia da ciência defendidas por Capra que apontam, com base nos fundamentos da física contemporânea, a concepção de equilíbrio dinâmico para o entendimento de que o meio ambiente está em constante transformação e, que se constitui tanto nos elementos provenientes da natureza como nos que são criados pelos seres humanos.

A educação ambiental se inicia com o questionamento das concepções dominantes sobre o meio ambiente que excluem os fatores sociais e políticos da questão ecológica, e que muitas vezes a colocam como uma questão de atitude individual,



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

perdendo a multiplicidade de aspectos. Por isso Ramos defende que a problematização deve ser ampliada para as consequências e resultados da base material de produção da sociedade, observando seu princípio de desigualdade, que interfere de forma desigual sobre os seres humanos e sua relação com a natureza (RAMOS, 2001, p. 215).

O questionamento sobre a base material de produção da humanidade implica na condução de uma educação política porque não é neutra e não é inofensiva quanto ao desnudamento da realidade para os alunos ao abordar o princípio de desigualdade. O que se realiza é uma tentativa de desenvolver uma compreensão sobre a gestão do meio ambiente, a atuação dos Estados e do mercado, em especial, das multinacionais, e dos padrões modernos de produção e de consumo.

Isso é complementado pela ressalva de Pelegrini e Vlach, ao afirmarem que

o tratamento da questão ambiental trará resultados pífios se permanecer restrito ao discurso pedagógico e desconsiderar a luta política e ideológica que vem sendo travada, no mais das vezes, por motivos econômicos e estratégicos, segundo interesses de corporações e Estados hegemônicos, em nível planetário (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 188).

O que as autoras abordam é a ação da educação ambiental a partir da exigência de uma luta política. É o mesmo que Reigota defende: uma educação ambiental enquanto educação política, em que as propostas se aproximem da conquista da autonomia da sociedade civil, e da construção de uma sociedade mais justa. Para isso é necessário a problematização da condução autoritária das sociedades, onde o poder político é exercido para o benefício dos grandes grupos econômicos (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 189; REIGOTA, 2004, p. 22).

De acordo com essa perspectiva, é possível perceber porque a configuração política mundial se constituiu em um desajuste ambiental entre países ricos e pobres, tornando a temática ambiental variada, pois o uso dos recursos naturais difere dependendo da condição econômica do país.

As sociedades pobres e tradicionais prejudicam o meio ambiente local de muitas maneiras, e vão prejudicá-lo ainda mais quando tiverem o dobro ou o triplo da população; mas, são os países industrializados que estão causando os problemas ambientais globais mais graves



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

como o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a acumulação de lixo tóxico. (MARTINE, 1996, p.13 apud PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 190).

Assim, uma regulação mundial deve considerar essas diferenças, que vão além do tratamento dos recursos humanos, mas também é reflexo da dinâmica econômica com trocas desiguais entre os países, e a sujeição dos países pobres às taxas abusivas dos juros dos empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da OMC (Organização Mundial do Comércio), que só reforçam a tendência à pobreza, que leva ao desrespeito aos direitos humanos e aos direitos de autonomia dos povos (PELEGRINI e VLACH, 2011, p. 190).

É interessante pontuar o caso do Brasil, país pobre, que mergulhou em uma dívida externa exorbitante no início da década de 1980. O governo, ainda ditatorial naquele período, implementava uma política de favorecimento dos investimentos com a concessão de benefícios às indústrias que quisessem se instalar no país. Foi o que ocorreu com a fábrica norte-americana ALCOA que se instalou no Maranhão nesse período. Considerada uma “indústria suja”, foi rejeitada na Austrália, mas recebeu aval e privilégios fiscais e de infraestrutura do governo para que se instalasse no Brasil.

Nesse episódio é possível vislumbrar a complexidade que a questão ecológica suscita, como a gestão econômica e o modelo de desenvolvimento promovidos pelo governo, a atuação das multinacionais nos países pobres e a condução autoritária na decisão sobre a implantação desse empreendimento. Disso, se compreende a necessidade do enfoque holístico e do esforço para apreender a complexidade das relações entre os elementos da realidade.

Os temas citados acima já estão presentes em alguns conteúdos tradicionais do ensino de história. Dessa forma, a inserção da educação ambiental vai promover a conexão entre esses temas e o lugar da natureza no viver social. O objetivo principal é discutir as mudanças das relações sociedade-natureza ao longo do tempo, e como assumiram um novo ritmo após a revolução industrial, a partir do século XVIII, em que os recursos naturais passaram a ser explorados em uma escala cada vez mais



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

destruidora, e o consumo ganhou uma proporção que, se não realizada uma intervenção, o planeta não se sustentará.

Para Ely Bergo de Carvalho (2012), a constituição do ensino de história é resultado da representação disjuntiva de natureza e cultura, que excluiu desse componente curricular os temas “naturais”. Circe Bittencourt (2003) e Carvalho propõem que a inserção da temática do meio ambiente natural em história perpassa a contribuição da historiografia com o que denominou-se chamar de história ambiental. Mas diante da escassez de produções com esse foco, os autores coadunam a ideia de que “fazer educação ambiental no ensino de história não se reduz a transmitir o saber produzido alhures” (CARVALHO, 2012, p. 113). Na ausência de trabalhos de história ambiental, Bittencourt sugere a realização de estudos do meio, aproveitando para relacionar história local e história mundial, como oportunidade de discutir a complexidade da questão ambiental.

Outro ponto a ser discutido na inserção da educação ambiental na sala de aula é a totalidade, que pressupõe a supressão das barreiras entre as áreas de estudo. Isso significa fazer uso da interdisciplinaridade. Há um entendimento comum de que, por essa perspectiva, as disciplinas escolares deveriam ser extintas. Mas Circe Bittencourt (2011) pontua que para existir interdisciplinaridade, é preciso além das disciplinas, que estas “estabeleçam vínculos epistemológicos entre si, e a criação de uma abordagem comum em torno de um mesmo objeto de conhecimento” (BITTENCOURT, 2011, p. 256).

Ainda é Bittencourt que destaca que, paradoxalmente, o trabalho interdisciplinar exige do professor o aprofundamento do seu campo de trabalho, com o bom entendimento dos conceitos, para que possa realizar a melhor seleção dos conteúdos. Deixando para a parte metodológica o trabalho conjunto dos professores, em que deverão decidir os caminhos da atividade a ser desenvolvida (BITTENCOURT, 2011, p. 256).



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

José Alves de Freitas Neto, ao abordar a transversalidade, salienta que os temas transversais propostos pela legislação brasileira², aí incluso o Meio Ambiente, devem estar associados à realidade de cada escola para balizar a reflexão dos conteúdos a serem ensinados em sala de aula. É uma proposta para superar a visão conteudista ao focar nos temas do cotidiano dos alunos, na compreensão da realidade em que eles vivem, e, conseqüentemente, sugerir uma mudança na prática escolar (FREITAS NETO, 2003, p. 62-65).

Por isso essa também é a perspectiva da educação ambiental, bem explicada por Ramos:

A educação ambiental é antes de tudo uma questão da educação geral, portanto, não pode ser apresentada apenas como uma nova estratégia de ensino sem que sejam questionados os fundamentos, os princípios epistemológicos e conceituais sobre os quais a educação da sociedade atual se desenvolve. A visualização desta perspectiva não permite, pois, a ingenuidade de se defender, quer a escola como simples lugar de transmissão de conhecimentos, quer a escola transformadora da sociedade com o apelo sentimental de salvadora dos problemas, no caso, os problemas ambientais (RAMOS, 2001, p. 216).

A formulação da educação ambiental foi pensada para romper definitivamente com a velha ciência e propor uma prática pedagógica consciente da questão ecológica inserida na realidade do aluno. Assim, a proposta de um material pedagógico, pode auxiliar o professor nessa tarefa. A abordagem sobre o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, que foi um movimento ecológico maranhense, surgido a partir de uma questão local gerada por fatores ligados à conjuntura política e econômica nacional, e às modificações no capitalismo mundial, pode oferecer subsídios para refletir sobre as influências na vida dos moradores da ilha, como o fornecimento de água e energia à ALCOA, enquanto bairros da capital sofriam problemas com a falta de água e a energia elétrica chegava ao consumidor final a preços exorbitantes.

² Aqui interessa que o tema Meio Ambiente, juntamente com Saúde, é uma das propostas de Temas Transversais lançadas pelo Ministério da Educação do Brasil, além dele tem foram propostos Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e por último, Consumo e Trabalho.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

Todas essas questões podem ser trabalhadas as relacionando com os temas já tradicionais do ensino de história. O objetivo principal é fazer com que os alunos percebam as interligações e, obviamente, a totalidade da questão que a “simples” instalação de uma fábrica de alumínio pode suscitar. Aproveitando para, a partir de um único objeto histórico, introduzir problematizações do cotidiano dos alunos.

3. A PROPOSTA

Propõe-se a produção de livro físico paradidático, voltado para o público do ensino fundamental maior, que possa ser utilizado pelo professor, mas também possa ser manuseado pelo aluno sem a mediação do docente. O livro será construído em torno de três questões para nortear a construção da narrativa.

1) O que foi o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís?

Nesse eixo será abordado a apresentação do tema, a sua relevância histórica em relação à defesa do meio ambiente, e também o engajamento político da sociedade maranhense. Será trabalhado, principalmente, o conceito de sujeitos históricos coletivos. A perspectiva é mostrar que indivíduos se organizaram em torno da causa ambiental na tentativa de defender o meio ambiente da ilha de São Luís, questionando o governo, e exigindo a participação da população na decisão sobre o empreendimento em um contexto de Transição política.

2) Por que a ilha de São Luís precisava ser defendida?

Compreende as relações entre o local e o mundial, a partir da noção do que é uma empresa multinacional (ou transnacional), do porquê da ALCOA decidir se instalar em um país periférico como o Brasil, seguido dos motivos para a escolha da ilha de São Luís e das facilidades oferecidas pelo governo brasileiro, na época ditatorial. Para isso será necessário a explanação sobre as modificações do capitalismo no século XX, em especial, a partir da sua segunda metade, e o que isso significava para os países pobres, como era o caso brasileiro, e como o governo empresarial militar promovia a constituição de uma economia favorável aos grandes grupos econômicos.

3) Como o Comitê defendeu a ilha de São Luís?



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS
MESTRADO PROFISSIONAL

Por último, pretende-se abordar as estratégias de ação do Comitê, suas conquistas e seus fracassos, concluindo com o significado da sua trajetória, entre os anos de 1980 e 1984, para a história do Maranhão. Assim, a partir desse material, a intenção é oferecer subsídios para um trabalho com o tema do meio ambiente no ensino de história, de maneira holística e política, pois questionadora do modelo de desenvolvimento imposto à sociedade maranhense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sugestão descrita nesta proposta se constitui na primeira experiência na produção de um material pedagógico, e ainda não passou pelas etapas da diagramação. Mas este artigo se propôs a abordar a etapa inicial de formulação de um tema profícuo para a sala de aula, em especial, para as aulas de história.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e do Meio Ambiente ofereceram direcionamentos para a construção desta proposta ao apontar as problematizações que o tema possibilitava, podendo avançar na produção de um material suficientemente rico nos caminhos a serem tomados pelo professor ao fazer o seu uso. O professor é mencionado porque será ele que decidirá como utilizar esse material, traçando os objetivos, as etapas e os métodos a serem trilhados, e os resultados a serem alcançados, de acordo com sua sala de aula e com as condições da instituição de ensino em que trabalha. Pode ainda se juntar a professores de outras áreas para promoverem um projeto interdisciplinar. O importante é refletir sobre o que exatamente se pretende com esse tema em sala de aula e como alcançar os objetivos a partir da utilização do material paradidático.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Meio ambiente e ensino de história. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 37-62, out. 2003.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E
NARRATIVAS MESTRADO PROFISSIONAL

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente: saúde**. Brasília: MEC / SEF, 2001.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Ely Berço de. “A natureza não aparecia nas aulas de história”: lições de educação ambiental...**História oral**, v. 1, n. 15, p. 107-129, jan.-jun. 2012.

FREITAS NETO, José Alves. Transversalidade: a transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 57-74.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PELEGRINI, Djalma Ferreira; VLACH, Vânia Rúbia Farias. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 23 n. 2, 187-196, maio/ago. 2011.

RAMOS, Elisabeth C. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 201-218, 2001.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987, p. 63 – 110.